

Discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero: aproximações teóricas¹

Tatiana AMORIM²
Universidade de Brasília, UnB

RESUMO

O texto objetiva analisar o discurso jornalístico a partir do conceito de tecnologia de gênero da autora Teresa de Lauretis (1994) no intuito de determiná-lo como um espaço gendrado atuante nas representações de gênero. O foco é trabalhar em uma empreitada conceitual trançando o seguinte percurso: 1) determinar o conceito de representações sociais e a atuação da mídia (em especial o jornalismo) em nossas referências de mundo e 2) trabalhar o conceito de tecnologia de gênero e apontar o discurso jornalístico como tal.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias do jornalismo; discurso jornalístico; tecnologia de gênero; representação de gênero

Temos, na sociedade contemporânea, uma realidade nunca antes vista ou vivida. Uma realidade na qual as mídias participam ativamente da construção de nossas visões de mundo. A mídia (seja ela impressa, eletrônica, audiovisual, etc. ou a convergência entre elas) está presente no cotidiano contemporâneo, mediando nossas concepções de mundo. Filtra e molda o cotidiano por meio de suas representações, “fornecendo critérios e referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2005, p. 20).

Vivemos em dias nos quais a importância da mídia é inegável. Roger Silverstone (2005), ao discorrer sobre o papel central da mídia na cultura contemporânea, afirma que:

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa quanto eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência (2005, p. 12).

O discurso jornalístico, juntamente com os demais discursos midiáticos, faz parte desta arena em que a subjetividade do sujeito social está em disputa. No caso do discurso

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em comunicação da UNB, DF. Professora adjunta do curso de jornalismo da UNIP, DF. E-mail: profa.amorim@gmail.com

jornalístico temos ainda que levar em consideração a legitimidade do locutor. Um lugar de fala que traduz imparcialidade, neutralidade e objetividade, valores-guia da autoimagem do jornalismo e dos jornalistas³ (MIGUEL; BIROLI, 2010). Um lugar de fala privilegiado e disputado por camadas e agentes sociais diversos.

Frente a uma sociedade permeada pela participação midiática pretendo analisar o discurso jornalístico a partir do conceito de tecnologia de gênero (LAURETIS, 1994) no intuito de determiná-lo como um espaço gendrado atuante nas representações de gênero do corpo social. Para tanto, passarei por algumas etapas. Primeiro, preciso trabalhar os encontros entre a mídia e as representações sociais, posteriormente, apontar o jornalismo como participante da construção da realidade social, e, por fim, a partir das ideias de Teresa de Lauretis (1994), relacionar o discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero.

As questões de gênero que circundam nossa sociedade vêm sendo trabalhadas por diversas autoras dos mais variados campos do conhecimento, no entanto, ainda temos poucas produções no campo da comunicação. Escosteguy e Messa (2008) apontam que apesar de tímidos, os estudos que entrelaçam comunicação e gênero vem ganhando força e destacam que

O campo de investigação para aqueles que se interessam em estudar a comunicação sob uma perspectiva de gênero é, sem dúvida, um grande desafio. O tema permite inúmeras possibilidades e variações acerca das interações dos meios com seu público – na maioria das vezes - genericamente diferenciado. (2008, p. 28)

Ao apontar o discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero, pretendo esclarecer que pode-se trabalhar a variedade dos discursos midiáticos a partir desta visão, possibilitando novas pesquisas na área, além de contribuir pra um subcampo ainda jovem.

Mídia e representações sociais

Serge Moscovici, em 1961, resgatou o conceito de representações coletivas de Durkheim para desenvolver a teoria das representações sociais, a qual “busca designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidades individuais e

³ Os autores entendem que tais adjetivos (imparcialidade, neutralidade e objetividade) são aplicados para explicar como o discurso jornalístico pode ser recebido pela sociedade, ou seja, fazem parte da imagem deste discurso e não que condizem com a realidade do discurso, sendo na realidade, uma construção ideológica.

coletivas ou psicológicas e sociais” (SEGA, 2000, p. 128). Para Jodelet (2001) construímos representações pois precisamos conhecer as relações que temos com o mundo que nos cerca, o que dá às representações tamanha importância na vida cotidiana. De acordo com a autora, as representações sociais “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais” (JODELET, 2001, p. 1).

As representações sociais são então sistemas de interpretação que guiam nossas relações com o outro e com o mundo. Dessa forma, a representação social é sempre a interpretação de um objeto e de um sujeito, numa relação de simbolização, ou seja, a representação toma o lugar do objeto conferindo-lhe interpretações podendo, dessa forma, ser uma forma de conhecimento (JODELET, 2001).

Entendo que os estudos das representações sociais contribuem largamente para os estudos de mídia. Os meios de comunicação de massa são caracterizados por atingir um grande número de receptores a partir de um único produtor. Os jornais se destacam por serem os primeiros MCM criados pelo homem que, a partir da invenção da prensa – Gutemberg, 1447 -, passou a atingir o potencial que conhecemos hoje. O autor Marcos Alexandre no texto “O papel da mídia na difusão das representações sociais” aponta que

No percurso da transformação do fenômeno social neste final de século, os meios de comunicação de massa se tornam instrumentos fundamentais na produção da nova coesão social, exatamente porque lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, isto é, a visão social e a auto-imagem. (ALEXANDRE, 2001, p. 16)

Frente à presença constante da mídia no cotidiano é comum o uso da teoria das representações sociais na análise midiática. Denise Jodelet (2001) explica que a comunicação tem um papel fundamental nas trocas e interações sociais que contribuem para o estabelecimento do consenso que, “sob seus aspectos inter-individuais, institucionais e mediáticos aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações sociais” (2001, p. 12). Ainda de acordo com Jodelet

A comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que consideram, ao lado do poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões da realidade, comuns e partilhadas. (2001, p. 13)

A respeito das representações das mulheres, Estramiana e Ruiz (2006), apontam que as imagens que ocupam o imaginário coletivo “revelam que as representações sociais da mulher têm um caráter polimorfo incluindo questões da mulher como símbolo da reprodução e da fecundidade, como marca de vícios e defeitos, desvio e marginalidade” (2006, p. 68).

Oras, se essas ideias circundam o imaginário social a respeito das mulheres, em algum lugar elas devem ser produzidas e reproduzidas. De acordo com Jodelet, “as representações sociais são abordadas simultaneamente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade” (2001, p. 5). Como colocado anteriormente, a mídia faz parte de nosso dia a dia e o processo de comunicação, como afirma Alexandre (2001) é um fenômeno básico e universal de influência recíproca que faz parte do processo informacional por meio da difusão de conhecimentos numa escala nunca antes imaginada. Os conhecimentos difundidos pela mídia são de toda sorte e atuam diretamente nas representações de mundo do sujeito social assim como apontam Berger e Luckman

a realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores de realidade. Para entender o estado do universo construído em qualquer momento, ou a variação dele, é preciso entender a organização social que permite aos definidores fazerem sua definição (2002, p.157).

Por certo a mídia trabalha na construção da realidade, mas não é sozinha que a define. Os sujeitos são constituídos de individualidades, histórias de vida, crenças e valores que se misturam com as mensagens mediáticas na formação da realidade. Os discursos produzidos pela mídia têm uma relação direta com o que a sociedade apresenta, ou seja, a mídia tem como ponto de apoio o que é experienciado pelos sujeitos para assim reproduzi-lo. Devemos compreender que este processo não é dado, transparente, mas atua na produção das ideologias presentes na sociedade.

Tuchman (2009), ao apresentar uma perspectiva sociológica das notícias, aponta que elas não são o espelho da realidade, mas a estrutura social que é definidora do que tem relevância para a sociedade. De acordo com a autora

É suposto que as notícias digam respeito a esses tópicos reconhecíveis. Socializados nessas atitudes sociais e nas normas profissionais, os jornais cobrem, seleccionam e difundem histórias sobre temas identificados como interessantes ou importantes. Em virtude do cumprimento desta função por parte dos jornalistas, as notícias reflectem a sociedade: as notícias apresentam à sociedade um espelho das suas preocupações e interesses (TUCHMAN, 2009, p. 93).

Compreendo o discurso jornalístico justamente neste imbricado relacionamento com as questões que despontam na sociedade, porém, acrescento que, de certa forma este discurso apresenta e representa para a sociedade, já que é a partir da maneira com a qual este discurso é construído que formamos nossas ideias de mundo. Ideias estas que são (re)construídas e repetidas de tal forma que acabam tornando-se uma realidade. Uma realidade que não passa de representação.

Discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero

No intuito de esclarecer melhor como o jornalismo atua como uma tecnologia de gênero penso ser apropriado levar o leitor à um breve passeio em torno da teoria feminista. Este pode ser um passo importante já que, como aponta Bandeira (2008)

a crítica feminista explicita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, a qual é seguida por uma revolta contra o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história assim como na produção do conhecimento. Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação. (p. 210)

A luta das mulheres por seus direitos é antiga e a teoria que a acompanha se desenvolve a passos largos. Grande parte das autoras, ao trabalhar este tema, se dedica à explicitação de algumas fases, as chamadas “ondas” do feminismo. As primeiras manifestações feministas ocorreram no início do século XIX no ocidente, atingindo maior expressividade com o movimento Sufragista (luta pelo direito de voto). As preocupações teóricas do feminismo vêm a partir da segunda onda (final da década de 1960) na qual é problematizado o conceito de gênero (LOURO, 1997). Na terceira onda do feminismo (década de 1980) as discussões sobre o papel e as funções da mulher na sociedade se aprofundam. As diversas situações experienciadas pelas mulheres passam a ser objeto do pensamento científico com um foco pós-estruturalista.

Cresce também o feminismo interseccional, ou seja, o cruzamento entre diversas opressões, unindo questões de raça, classe social e gênero. O feminismo interseccional é de extrema importância pois trata de mulheres que sofrem para além do fato de serem mulheres. Como exemplo, podemos citar o feminismo negro que aborda aquelas que são minorias dentro de uma já minoria. Como aponta Suely Carneiro

[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (2003, p. 119)

O discurso midiático, político, econômico, (entre outros), muitas vezes, deixa de lado essas diferenças que, para nós mulheres, estão tão escancaradas no campo social. Louro (1997) aponta que é preciso recolocar a discussão em torno do gênero neste campo já que “é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos” buscando as justificativas para desigualdade não nas diferenças biológicas, mas “nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p. 22).

Daí então temos a importância da discussão em torno do conceito de gênero no pensamento feminista. Um conceito que deve ser compreendido não como o exercício de assumir papéis sociais, mas sim entendido como formador da identidade dos sujeitos (LOURO, 1997). Entende-se os sujeitos como possuidores de identidades múltiplas e em permanente movimento. Sou mulher, professora, pesquisadora, feminista, esposa, filha, irmã, etc. Não sou apenas uma, assumo diversas identidades durante o dia e estas identidades fazem parte da minha essência, me constituem. A partir disso “admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são construídas pelos gêneros e são, também, constituintes do gênero” (LOURO, 1997, p. 25). As identidades são então construídas pelas práticas sociais, não são fixas nem pré-determinadas.

Se as identidades são socialmente construídas, como fica a questão do gênero? Podemos falar que as identidades de gênero seguem os mesmos rituais de construção de qualquer outra identidade (raça, classe, etc.). E é possível concluir também que estas identidades de gênero, de modo semelhante às demais, estão em constante transformação. Falar de gênero como uma construção social é, ainda, um ato que gera discussões complexas e revoltas por parte de conservadores, porém, as teorias feministas vêm trabalhando este fato de forma incessante.

Ao trabalhar a discutida frase de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, Judith Butler aponta que “mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações.” (2003, p. 58-59).

Já em “A tecnologia do gênero”, Teresa de Lauretis (1994) contextualiza o conceito de gênero como diferença sexual nos anos 1960 e 70 e as consequências geradas que foram as formações de espaços sociais “gendrados”, estereótipos e reducionismos. Aponta que trabalhar o conceito derivado ou da biologia, ou da socialização, ou ainda da significação e de efeitos discursivos (com ênfase menos no sexual e mais na diferença) sempre recairá na diferença com base no homem e o pensamento feminista estará sempre atrelado ao patriarcado ocidental. A autora apresenta duas limitações deste conceito: 1) universalização do sexo, ou seja, as mulheres seriam “[...] diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher [...]” (p. 206) “[...] ele tende a reacomodar ou recuperar o potencial epistemológico radical⁴ do pensamento feminista sem sair dos limites da casa patriarcal” (p. 206).

Lauretis (1994) defende a tese de que os discursos (institucionais, artísticos - como cinema e literatura -, entre outros), contribuem para perpetuar as diferenças estereotipadas impostas para diferenciar masculino e feminino. A autora então procura um conceito de gênero que desfaça e desconstrua a imbricação de gênero e as diferenças sexuais:

[...] Para isso, pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana. (p. 208)

Partindo da ideia de que o gênero é produto e processo de determinadas “tecnologias sociais” a autora trabalha quatro proposições, da mais simples a mais complexa. A primeira delas é que o gênero é uma representação concretizando-se no comportamento dos sujeitos. Assim, a divisão sexual do masculino e feminino elabora um sistema de gênero simbólico, que coloca o sexo no centro dos conteúdos culturais de uma sociedade interagindo com os valores e com a hierarquia, mesmo o significado mudando de acordo com a cultura. “Embora os significados possam variar de uma cultura

⁴ Significa a possibilidade de conceber o sujeito múltiplo e contraditório. (LAURETIS, 1994, p. 208)

para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente ligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 211).

A segunda proposição diz que a representação do gênero é a sua construção. O gênero é, para Lauretis, “um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primária de ideologia, e obviamente não só para as mulheres” (1994, p. 216). Lauretis então reformula a segunda proposição “A construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação.” (LAURETIS, 1994, p. 217)

Na terceira proposição, a autora aponta que a construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados. Para explicar como a representação é construída, aceita e absorvida a autora recorre à Michel Foucault, que na obra “História da Sexualidade” propõe que a sexualidade é uma construção cultural com os preceitos das classes dominantes. Surge então o conceito de “tecnologia sexual”, que é “um conjunto de técnicas para maximizar a vida” (1994, p. 220) criadas pela burguesia a partir do século XVIII em favor da sua sobrevivência e hegemonia. As técnicas, observa o autor: estavam na elaboração dos discursos – classificação, mensuração, avaliação, etc. – sobre quatro “figuras”: 1. A sexualização das crianças; 2. A sexualização do corpo feminino; 3. Controle da procriação; 4. Psiquiatrização do comportamento sexual anômalo como perversão. Entre essas técnicas a sexualização do corpo feminino é figura favorita nos discursos da arte, literatura, dentre outros, e a conexão entre mulher e sexualidade e a identificação do sexual com o corpo feminino tem sido uma preocupação, da crítica feminista e dos movimentos de mulheres.

Trazendo o exemplo do cinema, Lauretis (1994) aponta que técnicas tais como iluminação, enquadramento e edição, ou ainda sobre códigos cinematográficos específicos como a maneira de olhar, que constroem a mulher como imagem ou como objeto a ser observado num, então, entendimento do “cinema como um uma tecnologia social, como “aparelho cinematográfico” sendo ele, por fim, uma tecnologia de gênero”.

Na quarta e última proposição a autora aponta que a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução e propõe que há a necessidade da teoria feminista criticar radicalmente os discursos dominantes sobre gênero e como a desconstrução do sujeito é uma maneira de manter as mulheres na feminilidade e de recolocar a subjetividade feminina dentro do sujeito masculino. Desta forma reescreve sua proposição “[...] se a desconstrução do gênero inevitavelmente causa a (re)construção, a

pergunta é, em que termos e no interesse de quem está sendo feita essa des-reconstrução?” (1994, p. 236)

A luta é agora entre os discursos hegemônicos e os das “minorias” em busca de um “[...] esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva – uma visão de “outro lugar.” (LAURETIS, 1994, p. 236). Para a autora, este outro lugar consiste no “discurso do aqui e agora os pontos cegos, ou o space-off de suas representações.” (p. 237)

A partir disso podemos dizer que o jornalismo possui técnicas específicas de redação, entrevistas, fontes e enquadramento das notícias e, a partir destas técnicas, pode-se inferir que este campo também pode ser considerado como uma tecnologia de gênero. Aliás, a publicidade, a fotografia e os diversos campos midiáticos possuem esta característica. Possuem a capacidade de representar e de direcionar o olhar sobre as mulheres.

Pensamentos finais

Tendo em mente que o jornalismo é uma instituição social que atua em nossas representações de mundo, apresentei a possibilidade de se trabalhar o discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero. Entendo por tecnologia de gênero aparatos presentes na sociedade contemporânea que, a partir de suas técnicas específicas, estabelecem as representações que usamos no cotidiano para compreender o mundo. Lauretis (1994) usa como exemplo maior o discurso cinematográfico, porém penso ser coerente trabalhar a totalidade dos discursos midiáticos a partir deste conceito.

No caso dos discursos que representam as mulheres, encontramos a inculcação de valores e ideias machistas e misóginas que se refletem, por exemplo, nos piores índices de violência possíveis. De acordo com o Relógios da violência⁵ a cada 2 segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil. Já o mapa da violência 2015 aponta que em 2013, 13 mulheres morreram todos os dias vítimas de feminicídio, isto é, assassinato em função de seu gênero.

Ao entendermos as representações como formas de conhecimento elaborados socialmente “podemos compreender que a auto-representação das mulheres submete-se aos saberes elaborados em lugares de autoridade que as reduzem a uma

⁵ Disponível em < <http://www.relogiosdaviolencia.com.br> > acesso em 30 de junho de 2018.

corpo/sexo/matriz” (SWAIN, 2007, p. 218) o que concretiza o assujeitamento, ou seja, “uma resposta individual à interpelação social” (SWAIN, 2007, p. 218). Swain aponta ainda que

O “eterno feminino” se atualiza sem cessar nas “tecnologias de reprodução do gênero” (De LAURETIS, 1987): no senso comum, nos mídia (televisão, cinema, imprensa, música, etc.) nos discursos dotados de autoridade (religiosos, políticos, médicos, jurídicos, científicos) [...] (SWAIN, 2007, p. 221)

A tentativa de naturalizar atitudes machistas e/ou misóginas tem que ter uma origem e, na atualidade, pode-se investigar a formação e as consequências do discurso mediático nesta realidade. Para Foucault, (1972) os discursos dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos e tipos de enunciação que formam, de acordo com seu grau de coerência, estratégias. As estratégias discursivas da mídia formam, produzem e reproduzem valores e representações sociais que são compartilhadas entre sujeitos sociais que tomam estes discursos como realidade.

A ideia do discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero será trabalhada com maior profundidade na tese “Gênero e poder: a representação de Dilma Rousseff pelo jornal Correio Braziliense” que analisará o discurso do jornal Correio Braziliense (página Brasil/Política) a respeito da atuação de Dilma Rousseff na presidência durante todo o período em que esteve no poder.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril/2008.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (22a ed.), Petrópolis: Vozes, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. In: Estudos avançados 17 (49), 2003.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; MESSA, Márcia Rejane. **Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil**. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org). *Comunicação e gênero [recurso eletrônico] : a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- ESTRAMIANA, José Luis Alvaro; RUIZ, Beatriz Fernandez. **Representaciones sociales de la mujer**. In: Athenea Digital - num. 9: 65-77 (primavera 2006)
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, Lisboa : Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- JODELET, D. *Representações sociais; um domínio em expansão*. In: _____. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia do Gênero” in **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Org.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

-
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PEREIRA JUNIOR, A . E. V. **Jornalismo e representações sociais: algumas considerações**. Revista e-compós, dezembro de 2004.
- SÊGA, Rafael Augustus. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. IN.: Anos 90, Porto Alegre, n. 13, julho de 2000.
- SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: STEVENS, Cristina (org). **Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares**. Santa Catarina: Editora Mulheres/EDUNISC, 2007.
- TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pisarra. **Comunicação e sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.